

Disputando sentidos em rede: convenções e práticas sobre política numa comunidade universitária no Facebook

Thiago Henrique de Oliveira Falcão¹

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do IFCH/UNICAMP

EJE 2: *Feminismos, movimientos de mujeres, activismos LGTTTIBQ y Estado: articulaciones, conflictos y desencuentros.*

Palavras chave: *novas formas do fazer político; LGBT; internet;*

As manifestações articuladas em rede, com forte influência do uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC)², apresentam cada vez mais exemplos de que o uso de tecnologias transforma os modos de se fazer política. Um destes exemplos, das novas formas do *fazer político*, é o Ato Anti-Homofobia. Sua atividade mais visível foi realizada em 24 de novembro de 2010, em São Paulo, após o reverendo da Universidade Presbiteriana Mackenzie publicar uma carta, na qual, se posicionava contra a aprovação da *Lei da Homofobia* (PLC 122/2006)³. A carta citava passagens bíblicas e argumentava que a cultura brasileira está cada vez mais distante das referências de certo e errado.

Organizada através do Facebook, a manifestação contou com mais 2.800 confirmados na rede social. De acordo com descrição do evento, a manifestação é uma resposta de “simples jovens indignados com o posicionamento de uma universidade – que em teoria estimula a livre produção de conhecimento, o acesso a diferentes universos, a crítica e a produção científica – assumindo uma posição tão conservadora quanto reacionária”⁴. O fato de que as declarações do reverendo se seguissem à repercussão de duas agressões motivadas por homofobia na imprensa, fez com que o protesto ganhasse um forte tom de indignação, que nesse caso se mesclava com manifestações em torno de aprovação da referida lei.

Nos últimos anos, a temática LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) vem adquirindo destaque, inclusive ganhando visibilidade no país. Mostra disso está na centralidade que esse tema adquiriu no debate eleitoral nacional, no ano de 2010, sobretudo no segundo turno, em que os candidatos de diversos partidos tiveram que se posicionar acerca do reconhecimento do LGBT como sujeito de direitos para a obtenção de apoio eleitoral por parte da *bancada religiosa*. Ou, ainda, na visibilidade que o projeto denominado pela mídia como a *cura gay*⁵ alcançou no cenário nacional.

Em coluna, publicada na versão *online* do Jornal Folha de São Paulo, Safatle (2012) aponta que a sexualidade e a homossexualidade “tornaram-se os novos reféns da política brasileira”. Para o filósofo, o lugar social da homossexualidade entrou num jogo de disputas sociais e políticas entre diversos atores sociais. Assim, certos embates políticos fizeram com

¹Estudante de Mestrado sob orientação da Profa. Dra. Regina Facchini. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob o processo número 2013/26212-4.

² NTIC são um conjunto de tecnologias e métodos provenientes da Revolução Informacional, entre os anos de 1970 a 1990, que possibilitam agilizar, digitalizar e veicular em rede o conteúdo comunicacional. Dentre essas tecnologias podemos destacar as câmeras de vídeo, *webcam*, CD e DVD, *pendrive*, celulares, email, internet e *smartphones*. São tecnologias associadas à interatividade, e a possibilidade de todos criarem, todos veicularem e todos acessarem o conteúdo produzido.

³ PLC 122. Disponível em em: <http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/> Acesso em: 21/set/2013.

⁴ Ato Anti-Homofobia. Disponível em: <http://atoantihomofobia.wordpress.com/> Acesso em: 21/set/2013.

⁵ PASSARINHO, Natalia. COSTA, Fabiano. Câmara decide arquivar projeto que autoriza 'cura gay'. Página visitada em 05/06/2013. << <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/camara-decide-arquivar-projeto-que-autoriza-cura-gay.html> >>

“que setores do pensamento conservador procurassem se aproveitar dos momentos eleitorais para impor sua pauta de debates e preconceitos”. Nesse caminho, defende que independentemente da filiação partidária do indivíduo, as eleições deveriam ser momentos para todos aqueles que compreendem o princípio da igualdade, “lutarem por uma pauta de modernização social que inclua casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, permissão de adoção de crianças e constituição de família, além da criminalização de toda prática de homofobia e do engajamento direto no Estado e na conscientização de seus cidadãos” (Safatle, 2012).

Buscando compreender como o avanço tecnológico, em especial o avanço do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, aumentou a capacidade das redes de incorporar novos atores e conteúdos no processo de organização social, com alguma autonomia dos centros clássicos de poder, é preciso resgatar os estudos sobre o que se denomina hoje movimentos sociais, que intensificaram-se no Brasil e na América Latina em meados de 1970, época em que muitos países latino-americanos foram governados por ditaduras militares.

Em grande parte dessas análises, o destaque na atribuição de um sentido transformador aos considerados “novos atores políticos” privilegiou enfoques nos quais os movimentos sociais eram tomados em sua dimensão anti-Estado, em contrapartida de uma análise mais detalhada sobre tais atores, suas relações e seus modos de atuação (Cardoso, 1987).

Análises realizadas nesse mesmo período colaboraram, ainda, para o reforço de uma dicotomia entre ações cuja origem está em questões econômicas (os “movimentos populares”) e outras que teriam por base a cultura (chamados de “movimentos alternativos”). O questionamento dessa divisão – e de uma oculta hierarquização – é, no entanto, fundamental para que se possam tomar movimentos sociais como objetos empíricos iluminadores da reflexão acerca das ações políticas na contemporaneidade (Facchini, 2005; França, 2006; Simões; Facchini, 2009).

Cardoso (1987) indica que, no processo de redemocratização, uma parcela significativa dos movimentos sociais não buscava transformar drasticamente a vida social, e sim possibilidades de interlocução com agentes estatais, visando o diálogo na construção de políticas. A autora aponta que a disposição anti-Estado por parte dos movimentos, interpretação feita por grande parte dos estudos, poderia ser compreendida como reação ao governo no período ditatorial e não um repúdio ao Estado em si. Conseqüentemente, é necessário analisar de que modo o conjunto de pessoas com um interesse em comum, denominados como movimentos sociais, estabelecem interlocução com agências públicas – no caso da discussão realizada por Cardoso, agências ligadas às políticas de moradia. Assim sendo, seria preciso investigar a dinâmica interna dos movimentos e suas relações com outros atores. Um trabalho que complementa essa visão é o de Carlos Nelson Santos (1977).

O autor, analisando um processo político local ligado aos movimentos de moradia no Rio de Janeiro, utiliza os conceitos de “campo” e “arena”, assim como cunhados por Marc Swartz (1969). De acordo com Santos, o uso do conceito de “campo” refere-se ao conjunto de atores diretamente envolvidos no processo político o qual se deseja analisar, e que se modifica de acordo com a entrada e saída de atores. Nesse caso a rentabilidade do conceito reside na característica dele admitir ao mesmo tempo as ideias de continuidade e mudança. No mesmo sentido, o conceito de “arena” “pressupõe uma área social e cultural imediatamente adjacente ao campo (...) onde estariam os que ainda que diretamente envolvidos com os participantes do campo, não estivessem envolvidos em seus processos definidores” (Santos, 1977, p. 32-33). Segundo o autor a “arena” é preexistente ao “campo”, que, por sua vez, pode se expandir até os limites da arena ou se contrair. Desse modo, Santos não descarta contrações e expansões simultâneas.

As reflexões tecidas por Ruth Cardoso e por Carlos Nelson Santos, conjuntamente com as de Ana Maria Doimo (1995)⁶, são imprescindíveis ao trabalho de Facchini (2005), principalmente quando esta enfatiza a necessidade de levar em consideração de que o movimento não pode ser pensado de modo dissociado das relações que o informam e constituem e do contexto sócio-histórico em que se insere. Essa autora também aponta a importância dos conceitos de “campo” e “arena” para refletir acerca do movimento LGBT. Nesse sentido, o conceito de “campo” corresponde aos atores diretamente envolvidos nos processos políticos. Desse modo, para compreender as “conexões ativas” estabelecidas no “campo” do movimento LGBT é necessário considerar também as organizações da sociedade civil que constituem o próprio movimento, os outros movimentos sociais, os atores ligados ao mercado, os partidos políticos, os órgãos e agências estatais e as universidades, por exemplo. Segundo Facchini, todos esses atores foram importantes para o processo que denomina de “reflorescimento” do movimento LGBT na primeira metade dos anos 1990, em que ocorre o aumento da quantidade de organizações ativistas, a diversificação de seus formatos institucionais, a multiplicação das identidades políticas abarcadas pelo movimento e dos atores sociais presentes em seu campo político, além de uma crescente visibilidade do tema na esfera pública. (Facchini, 2005; Simões; Facchini, 2009).

Se os atores citados anteriormente caracterizam o “campo” das ações coletivas, a “arena” seria constituída por todas aquelas pessoas que, apesar de se reconhecerem ou serem reconhecidas a partir de alguma das identidades afirmadas baseadas nas disputas travadas no “campo” do movimento LGBT, não estão diretamente envolvidas com seus processos definidores. No entanto, etnografias recentes têm questionado a rentabilidade analítica dessa distinção, especialmente quando se trata de pensar os vários níveis em que os sujeitos interessados em dada “causa” podem se envolver em ações que poderiam ser consideradas políticas, mas não são revestidas de institucionalidade.

Apesar de lugares de sociabilidade LGBT no *ciberespaço* – blogs, sites segmentados, listas de discussão ou comunidades em redes sociais –, não apresentarem um objetivo político definido, apresentam um potencial de ação política em suas relações. França (2012) demonstra isso ao relembrar o caso de uma ação envolvendo uma marca de “salgadinhos” que havia veiculado uma propaganda⁷ considerada homofóbica, na qual estaria em jogo uma conclusão mais imediata é a de que “não se deveria compartilhar a homossexualidade com os amigos”. Rapidamente, o comercial surgiu em um *blog gay* e espalhou-se para outros *blogs* e redes sociais, propondo um boicote ao “salgadinho”; outro blogueiro sugeriu, por sua vez, um boicote à empresa que produzia o produto. Concomitantemente, surgiam propostas e modelos de carta que deveriam ser encaminhadas ao CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) pedindo a retirada da propaganda, além de propostas para que casas noturnas GLS boicotassem os produtos da empresa. Recebendo mais de 100 reclamações, inclusive da ABLGBT⁸, o CONAR votou pela proibição da propaganda.

Twittaços e grupos no Facebook propiciam não apenas discussões, manifestações e também outros eventos, mas tensionam os limites do que é ou não considerado política, bem como os limites e possibilidades analíticos de distinções como a expressa pela oposição entre “campo” e “arena”, cunhada para analisar a política em âmbito local (Swartz, 1969). Entre os grupos na rede social Facebook, pode-se destacar aqueles com o objetivo mais visivelmente

⁶ A autora apresenta em sua obra a necessidade de pensar as “conexões ativas”, isto é, as relações dos movimentos sociais com outros atores sociais, como as agências estatais, por exemplo, para compreender melhor as ações coletivas.

⁷ [...] um grupo de amigos está num carro comendo o “salgadinho” e, assim que toca uma música considerada um “hino” gay, um dos rapazes começa a dançar de modo espalhafatoso, fazendo com que os outros dirijam um olhar desconfiado. Nesse momento, a cena congela e, no lugar do rosto do rapaz, aparece a marca de “salgadinhos” com a narração do locutor: “Quer dividir alguma coisa com os amigos? Divide um Doritos”. (FRANÇA, 2012: 244)

⁸ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

tidos políticos, como o Ato Anti-Homofobia, entre outros que discutem o preconceito contra LGBT, e outros grupos tidos como voltados à sociabilidade, como é o caso dos grupos LGBT universitários.

O grupo da UNICAMP (GDU), objeto deste estudo, conta com aproximadamente 2064 membros. Ainda que o GDU seja um espaço tido como voltado para sociabilidade, é muitas vezes palco de discussões ferrenhas acerca da homofobia e de organização de manifestações, como a proposição de um *beijaço*⁹ resultante de discriminação sofrida por um casal homossexual em um estabelecimento no centro do Distrito de Barão Geraldo, em Campinas. O GDU possui atualmente mais de 2 mil membros entre os quais a maioria é de estudantes da UNICAMP e de outras universidades locais, sendo que alguns participam organizações ativistas. É comum haver debates em torno do caráter “politicado” ou não do GDU, que indicam disputas acerca dos sentidos de “política”, do que pode ou não ser considerado “político” e do que significa “politização”.

O Gays Da UNICAMP ou Grupo Diversidade UNICAMP – não há concordância quanto ao significado da sigla GDU – é um grupo composto, em sua maioria, por universitários LGBT de estratos médios do Distrito de Barão Geraldo. Por se tratar de um grupo secreto¹⁰, possibilita que seus usuários possam acessá-lo e interagir com seus próprios perfis, sem o uso de perfis falsos para proteção da identidade.

Diversos conteúdos são postados e discutidos pelos membros do grupo, desde indicações de filmes com a temática LGBT, solicitações de ajuda para encontrar uma moradia *gay-friendly*, discussões acerca dos direitos LGBT, até pedidos de como proceder e agir em casos de homofobia. Analisar tais processos permite compreender de forma mais detalhada as articulações, sentidos e estratégias mobilizados. Em algumas ocasiões as discussões transitam entre o *online* e *offline*, como tento mostrar abaixo, ao descrever uma *movimentação* ocorrida em campo.

Após o dia da mentira¹¹ de 2014, duas discussões calorosas gestaram-se paralelamente no GDU. A primeira consistia numa publicação de uma foto do cartaz de uma festa realizada pelo Centro Acadêmico da Biologia/UNICAMP (Gestão CAB+1). O cartaz mostrava o retrato de uma *drag queen* e o seguinte *slogan*: “Festa Dia da Mentira – não vale falar a verdade!”. Abaixo da imagem o seguinte comentário: “alguém tem mais alguma dúvida de que essa festa do Bar do Zé já começou errada/ homofóbica/ transfóbica?”. Rapidamente o Centro Acadêmico em questão divulgou uma nota desculpando-se pela campanha visual equivocada, em que se poderia apreender a ideia de que a *Drag Queen* é uma *falsa* mulher, logo, uma opressão as pessoas trans*¹². Esclarecida uma situação, a outra discussão rendia alguns comentários, iniciada a partir de uma denúncia de homofobia praticada por parte de um dos funcionários da casa noturna em que se realizou a Festa do Dia da Mentira. O relato segue transcrito abaixo:

Ontem tive uma noite péssima no Bar do Zé, porque sofri homofobia. A festa na verdade, promovida pelo CA da Biologia no BDZ, foi até que legal, a não ser pelo episódio final. Havia poucas pessoas, a discotecagem estava boa e tudo o mais. Porém, na hora da saída, um segurança de um jeito muito estúpido veio pedir pra quem já tivesse pagado a comanda que se retirasse do bar. Ele se dirigiu a mim e mais umas duas pessoas, estávamos esperando os demais colegas para

⁹ O *beijaço* é um tipo de protesto que vem se tornando comum no movimento LGBT desde o início dos anos 2000. O *beijaço* consiste numa demonstração pública de afeto entre homossexuais em locais que essa prática é coibida.

¹⁰ Ou seja, apenas seus membros têm acesso à lista de participantes e o grupo não aparece nas buscas do Facebook.

¹¹ 1º de abril.

¹² O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de ser excludente, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [*umbrella term*] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans “embaixo do guarda-chuva”.

irmos embora juntos. O segurança foi extremamente grosseiro e eu o questionei dizendo que não precisava tratar a gente daquela maneira. Disse a ele que ele estava faltando com o respeito. Então travou-se um bate boca e no calor da coisa, naquele contexto de fila, eu soltei a máxima de que o cliente tem sempre razão. Mas isso depois de ele me atacar verbalmente, tentar me humilhar. Infelizmente, não me veio outra coisa na cabeça.

Nessa hora, interveio um funcionário do bar, não sei se é gerente ou dono, whatever, dizendo que "não, nem sempre o cliente tinha razão". Na verdade, a questão nem era essa. Só estava pedindo um pouco mais de respeito. O detalhe é que eles já estavam de saco cheio da festa, havia acontecido outros incidentes, como o caso de uma amiga que foi montada e foi impedida de usar o banheiro feminino e de outro amigo que foi humilhado, xingado, ameaçado de violência por ter entrado no banheiro feminino sem querer (ele tava bêbado). Acontece que se tratava de uma festa gay, ou melhor, gayfriendly. No final das contas, a música parou de tocar meia hora antes do combinado e como ninguém ia embora, eles apagaram as luzes. Então, foi nesse contexto em que o segurança já estava exaltado (e cumprindo ordens da casa) que a grosseria aconteceu. Quando o gerente/chefe, digamos assim, se dirigiu a mim, ele foi mais estúpido ainda e quase me escorraçou do lugar. Foi quando eu perdi a paciência de vez, me senti acuado e pressionado, e disse que se eles continuassem me tratando daquela forma eu os "colocaria no pau". Daí encerrei o bate boca e fui embora. Quando eu estava perto da porta, o chefe veio atrás de mim, me seguindo e aproveitou a expressão "colocar no pau" e disse num tom ameaçador e sarcástico: vc vai colocar no pau, né? Vc gosta de um pau, né? Sem pestanejar eu disse que sim, que gostava de pau. E taquei a pergunta: vc é homofóbico?

Ele olhou pra mim e disse na lata: "Sim, sou homofóbico". Eu sai revoltado do bar, muito bravo e fiquei falando alto na frente do bar que eles eram homofóbicos. O segurança voltou a me ameaçar, disse até que iria me bater. Depois ficou debochando e mandando eu baixar a bola.

Então gente, fica minha indignação quanto a esse lugar, cheguei uma pilha de nervos em casa, principalmente porque ninguém se comoveu e quando eu quis chamar a polícia, as pessoas ao meu redor, a turma do deixa disso, me tomaram o celular. Já fiz um boletim de ocorrência online contra eles. Infelizmente também tive de recorrer a esse argumento, mas a minha intenção não foi dar carteirada nem nada, apenas exigir ser tratado com respeito. (Diário de Campo, abril/2014).

Após o relato de Mike¹³ alguns comentários foram feitos. Inicialmente os membros do GDU concordaram com o caso de homofobia sofrido pelo garoto, entretanto, outros apontaram o combate de um preconceito (homofobia) acionando outro (classe). Apesar da *carteirada* de Mike (justificada como não intencional no fim de sua fala) a discussão passou a seguir na linha de que não deve-se combater uma opressão com outra opressão. Neste ponto retomo o trabalho de Roberto DaMatta (1997) em que o autor discute a expressão "você sabe com quem está falando?". A reflexão realizada por DaMatta pode ser observada no tópico de discussão iniciado por Mike no GDU, em que diversos membros apontaram o dilema entre os aspectos extremamente autoritários, hierarquizados e violentos da sociedade brasileira e a busca de um mundo harmônico, democrático e não conflitivo nesta mesma sociedade.

¹³ Os nomes dos membros do GDU foram trocados para preservarem suas identidades, visto que o grupo no Facebook está configurado como secreto, isto é, para ser membro do grupo é necessário um convite, e o grupo não aparece nas buscas do Facebook.

Entretanto, em algumas horas, mais especificamente de madrugada, a casa noturna divulgou uma nota em sua página na rede social Facebook fornecendo seu ponto de vista acerca da denúncia de Mike.

Ola amigos do CAB e clientes q foram a última festa no BdZ na última 3af 1\4. Fomos acusados neste dia por um cliente de comportamento homofóbico, logo o BdZ q sempre esteve diretamente ligado as mais diversas formas de manifestação da DIVERSIDADE SEXUAL eu seus 15 anos de história.

Como fomos acusados publicamente, gostaríamos de dizer aqui algumas palavras.

A rapaz q nos acusa junto com mais uma amiga e um outro rapaz estavam completamente alterados e com comportamento pra lá de obsceno em área comum do Bar sem se importarem com a falta de respeito alheia e em atrapalharem demasiadamente o andamento do trabalho.

Tal comportamento inclusive foi reconhecido pelos produtores da festa q muito se desculparam em seguida com a direção do bar pelo ocorrido.

No auge da loucura, os jovens queriam adentrar ao banheiro do Bar para continuar com a 'brincadeira sexual'. Caretice a parte e quem conhece o BdZ sabe q caretice não é a nossa praia, nós não permitimos q os clientes usem os banheiros do bar como motel, independente da opção sexual. Pois nessa hora nós tivemos de ser um pouco mais rigorosos com essas pessoas q de imediato passaram a nos acusar de homofobia.

Bem isso não procede. Nós entendemos a situação afinal tratava-se de pessoas alegres numa festa q consumiram alcool. mas isso não justifica tal comportamento, muito menos a tentativa de difamar uma casa como a nossa, tão profundamente ligada ao meio estudantil e GLBT.

Assim nós gostaríamos de reiterar: o Bar do Zé sempre foi um lugar "PAN" sexual. Aqui nós sempre defendemos a diversidade com atitude. Inclusive por diversas vezes o nossa equipe já reprimiu atitude homofóbica ou de desrespeito especialmente com as mulheres por parte de meninos machistas.

Obrigado

equipe do BdZ (Diário de Campo, abril/2014)

Após a divulgação desta nota no tópico de discussão, um número expressivo de usuários envolvidos na discussão concordou que, apesar do preconceito de classe acionado no momento por Mike, a casa noturna mostrou-se extremamente despreparada para lidar com uma situação de homofobia, e, além disso, atacou Mike, numa tentativa de desqualificar sua denúncia, tornando-o, ao ver dos membros do GDU, uma vítima.

Para alguns membros a nota apresenta erros *imperdoáveis* para um estabelecimento que sempre esteve ao lado da diversidade, tais erros encontram-se no uso de termos como *opção sexual* e *GLBT*, além disso, ao sugerirem uma suposta obscenidade dos clientes a casa noturna justifica sua conduta e que o uso do conceito de homofobia foi deturpado. Alguns membros do GDU rapidamente contestaram a nota na própria página da casa noturna, acionaram militantes conhecidos de coletivos LGBT universitários e passaram a realizar uma denúncia da casa noturna, sugerindo um boicote por parte de pessoas LGBT e Centros Acadêmicos que realizam eventos no estabelecimento.

Em poucos dias o Centro Acadêmico da Biologia propôs uma reunião, realizada com Mike, representantes de coletivos LGBT universitários da UNICAMP, membros da gestão CAB+1, alguns membros do GDU que se envolveram na viralização da denúncia, o dono e funcionários da casa noturna. A reunião de *conciliação* resultou em um pedido de desculpas do

dono da casa noturna a Mike, o reconhecimento do ato de homofobia praticado pelo funcionário e a proposição de uma Semana da Diversidade para a discussão de temáticas referentes as opressões¹⁴. Entretanto, a Semana da Diversidade não aconteceu e o bar não divulgou um pedido de desculpas público em sua página.

Mike ao divulgar o relato de homofobia (um preconceito em relação a pessoas homossexuais, bissexuais e, em alguns casos, contra pessoas trans*) no GDU (um espaço online composto por gays, lésbicas, bissexuais, trans* e simpatizantes da causa LGBT), procura, a meu ver, conquistar a compaixão de seus pares. O GDU é considerado por alguns membros como um espaço em que podem se expor e ter seu verdadeiro “eu” aceito. Esta ideia de pessoas com quem existe a possibilidade de ser verdadeiro sem reservas remete aos estudos de amizade entre ingleses de camadas medias em Londres estudados por Rezende (2002).

Além disso, Mike ao levar seu caso ao GDU procura mostrar como a homofobia pode ocorrer com todos que estão ali, buscando empatia de seus pares. Em diversas conversas membros do grupo afirmam o caráter politizador do GDU, seja sobre as próprias sexualidades, seja sobre direitos. Ao expor seu com o estabelecimento comercial Mike mostra que o fazer político também está nas ações do cotidiano. Ao enfrentar uma discriminação homofóbica não apenas exige seus direitos como cliente do estabelecimento, mas também está a lutar por direitos e igualdade na sociedade em geral, retomando, agora na era da internet, o slogan da segunda onda do feminismo: “o pessoal é político”. Desse modo, menosprezar o que surge na rede e interpretar manifestações individuais como pequenas ou insignificantes pode ser um erro, visto que em questão de minutos, a solidariedade encontra outros sujeitos em rede e possibilita que suas ações possam ter força necessária para a promoção de mudanças políticas, econômicas e sociais.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Ruth Correia Leite. (1987). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-37.

CASTELLS, Manuel. (2006.) *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2013). *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro. Zahar.

DAMATTA, Roberto. (1997) *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.

DOIMO, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS.

FACCHINI, Regina. (2005). *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (2009) Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*. Natal, 4: p. 131-158.

FRANÇA, Isadora Lins. (2006) *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁴ Opressões nesse contexto, segundo os participantes, refere-se ao machismo, racismo, homofobia e transfobia.

_____. (2012). Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. *Revista Bagoas*. v. 6, n. 7, jan./jun. 2012.

SAFATLE, Vladimir. (2012) *Os novos reféns*. Folha.com. <<<http://www1.folha.uol.com.br/columnas/vladimirsafatle/1169492-os-novos-refens.shtml>>> Página visitada em 05/06/2013

SANTOS, Carlos Nelson F. (1977). Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 29-60.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. (2009). *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SWARTZ, Marc. (1969). *Local-level politics: social and cultural perspective*. Londres: Univ. de Londres.